



# Biodiversidade Brasileira

## Número Temático

### Participação Social na Gestão Pública da Sociobiodiversidade

## Editorial

*Carlos Frederico B. Loureiro<sup>1</sup>, Cláudia Conceição Cunha<sup>2</sup>, Maria Auxiliadora Drummond<sup>3</sup>,  
Marta de Azevedo Irving<sup>4</sup> & Maryane Vieira Saisse<sup>5</sup>*

Em seu quarto ano de existência a Revista Biodiversidade Brasileira nos apresenta um número temático dedicado à participação social na gestão pública da sociobiodiversidade. Apesar da temática estar presente de forma transversal nos outros números da revista, foi a primeira vez que tivemos um número totalmente dedicado a este, que é um dos objetivos estratégicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Assim, contribuir na divulgação e fortalecimento de experiências, assim como na reflexão sobre as possibilidades e desafios para a participação social na gestão pública da sociobiodiversidade em todos os níveis de governo e na sociedade civil, foi um dos objetivos desse número temático, oriundo de uma articulação entre Divisão de Gestão Participativa e da Coordenação de Apoio à Pesquisa do Instituto Chico Mendes, que encontrou eco em pessoas de diferentes setores da sociedade e em distintas regiões brasileiras, que assumiram para si esse desafio e enviaram artigos para a revista.

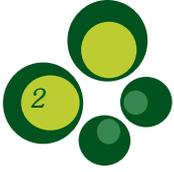
Os doze artigos que compõem esse número temático expressam a diversidade de abordagens que podem ser feitas, todas com a preocupação de maior inserção da sociedade na tomada de decisão dos aspectos referentes à gestão das áreas protegidas. Os artigos abordam temas que se apresentam como desafios para todos os que atuam na gestão da sociobiodiversidade. Ao trazer experiências e reflexões envolvendo elaboração de planos de manejo, implementação de programas de monitoramento da biodiversidade, articulação com conselhos de meio ambiente e desenvolvimento, capacitação de gestores, construção de termos de compromisso, percepção ambiental, definição de estratégias para o controle de plantas invasoras, educação ambiental, comunicação e educomunicação, gestão de Unidades de Conservação e usos tradicionais do território em Unidades de Conservação, os autores nos convidam a refletir sobre os desafios da participação social para além dos fóruns pré-estabelecidos.

#### Afiliação

- <sup>1</sup> Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.
- <sup>2</sup> Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais / CNPT, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / ICMBio.
- <sup>3</sup> Laboratório de Sistemas Socioecológicos, Departamento de Biologia Geral, Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG.
- <sup>4</sup> Grupo de pesquisa “Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social”, Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.
- <sup>5</sup> Núcleo de Educação Ambiental, Jardim Botânico do Rio de Janeiro / JBRJ.

#### E-mails

floureiro@ufrj.br, claudia.cunha@icmbio.gov.br, dodoradrumondbh@gmail.com, mirving@mandic.com.br, msaisse@jbrj.br



Ler os artigos dessa edição da Biodiversidade Brasileira nos faz refletir que a participação social, como determinado na Constituição Federal e em outros marcos legais como Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, precisa ser encarada e perseguida por todos aqueles que atuam na gestão das áreas protegidas, em diferentes momentos da gestão. A inserção da sociedade na tomada de decisão não é uma opção, é estabelecida legalmente e está carregada de desafios para quem se inscreve na construção de uma sociedade mais justa e igualitária na distribuição e acesso aos recursos ambientais.

Dessa forma, os editores apresentam esse número temático com a expectativa que as reflexões aqui contidas sejam inspiradoras de novos números e especialmente, que representem um momento de troca de experiências e de aprendizado coletivo.